



REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção

Av. Josina Machel 537

CP 83 - MAPUTO

Tel.:21300486 / 21324789 Fax : 21321959

Normas e Procedimentos

de

FORNECIMENTO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO GEO-REFERENCIADA AO PÚBLICO

No âmbito das suas atribuições, o Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção (CENACARTA) tem a responsabilidade exclusiva de produção da cartografia sistemática do país e a responsabilidade de produção, conservação e difusão de fotografia aérea relativa ao território nacional. Para além destes produtos cartográficos, produz também plantas de cidades e cartas temáticas em diversas escalas e para diversos fins.

O estudo da geografia física e administrativa do território, o conhecimento do seu potencial económico no solo e subsolo e a localização de infra-estruturas de toda a natureza, requer de entre vários documentos, os de natureza georeferenciada.

A fotografia aérea é um documento geo-cartográfico de grande alcance, pois, contém representado tudo o que existe na superfície do terreno fotografado. Ela constitui um instrumento indispensável para a produção e actualização de cartas (detalhadas e/ou generalizadas) que permitem a localização relativa no espaço e no tempo, podendo também ser utilizada directamente no processo de foto-interpretação.

Por esta razão, diversas instituições recorrem a este tipo de documentos para estudos preliminares, bem como para execução de projectos de desenvolvimento. Efectivamente, são indispensáveis para a planificação, pesquisa de recursos naturais, implantação de obras de engenharia, traçado e construção de estradas, pontes, barragens, centrais eléctricas, etc. Por outro lado, são um instrumento primordial para a Defesa e Segurança da soberania nacional.

Em todo o mundo, a difusão da informação georeferenciada obedece a critérios definidos no sentido de difusão restritiva ou massiva. Esses critérios tem a haver com interesses de Estado relativamente a algumas regiões classificadas de estratégicas para Segurança Nacional. Isto recai mais sobre as cartas topográficas de grandes escalas, por conseguinte mais detalhadas, ficando liberalizadas as cartas de pequenas escalas e cartas temáticas. Por isso, não é de admirar que este tipo de documentos tenha sido integrado no grupo de "*informação classificada*" na **lei de protecção do segredo estatal** (Lei nº 12/79, de 12 de Dezembro) e a regulamentação para a sua difusão esteja a cargo da *Comissão Nacional para a Implementação das Normas de Segredo do Estado*, presidida pelo Director Geral do SISE (Decreto Presidencial nº 9/93, de 29 de Dezembro). A violação destas normas é punida com a pena de oito a doze anos de prisão maior (*artigo 23 da Lei nº 19/91, de 16 de Agosto*).

Por isso, em Moçambique, a cedência de cartas topográficas a grandes escalas tem obedecido a formas criteriosas que implicam, em muitos casos, que os pedidos das instituições estatais e privadas interessadas na obtenção destes documentos tenham o visto do dirigente a nível central que as superintende. Nos casos da necessidade de se enviarem esses documentos para fora do País, requer-se permissão dos Serviços de Informação e Segurança do Estado.

Apesar da introdução da economia de mercado e da abertura ao investimento estrangeiro que estão a acelerar o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a gerar uma maior demanda de documentos fotográficos e geo-cartográficos, a legislação nacional que regula estes não foi ainda alterada.

Sendo assim, ainda são válidos os seguintes procedimentos para o fornecimento e difusão de Informação geo-referenciada, exceptuando-se ao Ministério da Defesa Nacional:

Para utilização dentro do território nacional

Por delegação do Ministro da Agricultura, compete ao Director do CENACARTA:

- Autorizar o fornecimento da cartografia sistemática à escala 1:250.000.

Compete ao Ministro da Agricultura:

- Autorizar o fornecimento de documentos fotográficos opacos, a qualquer escala, e cartas topográficas à escala superior à 1:250 000. Quando, para estes casos, os pedidos venham confirmados com o visto do Ministro de tutela das instituições solicitantes, a competência de autorizar é delegada no Director do CENACARTA.

Compete ao Serviço de Informação e Segurança do Estado

- Autorizar a cedência de cópias do ortofotoplano da Cidade de Maputo e arredores;
- Autorizar a cedência de material cartográfico transparente e susceptível de reprodução.

Para a exportação ou utilização no exterior

Quando o fornecimento da informação acima descrita implica a sua saída para o exterior é, também, necessária a autorização do Director Geral do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), após parecer favorável do Ministro de Tutela.

***Nota:** Todos os pedidos devem ser dirigidos por escrito ao Director do CENACARTA, especificando o tipo de produto, sua escala e referência (nº da folha, se for o caso), a quantidade desejada e indicando obrigatoriamente o fim a que se destina e o nome da instituição que o vai utilizar.*

A compra e difusão da cartografia temática, bem como a de cartas geográficas à escala inferior a 1:250 000 (Mapa de Divisão Administrativa, Mapa Turístico, e outros), não carece de autorização.

Maputo, 2006